

O atendimento psicoterapêutico de pessoas surdas: desafios e possibilidades da comunicação em libras

Psychotherapeutic care for deaf people: challenges and possibilities of communication in libras

Lucas Alexandre Jorge*

Elaine Cristina Gardinal Pizato**

Viviane Rodrigues***

Resumo

A psicoterapia é um dos serviços oferecidos pela psicologia clínica, permitindo que o paciente/cliente receba atendimento psicológico para diversas necessidades enfrentadas. Tais atendimentos majoritariamente são oferecidos pela modalidade oralizada, impedindo que pessoas surdas tenham acesso a esse tipo de tratamento de maneira eficaz. Este trabalho tem como objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura sobre o atendimento psicoterapêutico da pessoa com surdez a partir da literatura nacional, identificando os aspectos que compõem a interação entre paciente surdo e psicoterapeuta, observando as dificuldades e realidades encontradas no contexto clínico pelo paciente e terapeuta. A metodologia utilizada baseia-se em pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, utilizando bases de dados para selecionar artigos nacionais referentes à temática. Seguiram-se as seguintes etapas para coleta de dados: definição de descritores; seleção por títulos e palavras-chave, atendendo os critérios de inclusão e exclusão; categorização dos estudos em participantes, intervenções, objetivos e resultados. Os resultados apresentaram fortes dificuldades vivenciadas pelos surdos em todas as fases de desenvolvimento, sendo muito comuns os desafios gerados pela ansiedade; conflitos na comunicação; baixa autoestima; conflitos internos; conflitos com familiares; crises de identidade; rejeição da identidade surda; falta de estímulo na língua de sinais; dificuldades de aprendizagem, além de identificar que há poucos estudos científicos referentes a psicologia clínica e surdez no Brasil, necessitando de profundas investigações e intervenções.

Palavras-chave: Língua Brasileira de Sinais; Psicoterapia; Surdez.

* Discente da graduação em Psicologia pelas Faculdades Integradas de Jaú (FIJ), Jaú, SP, Brasil; E-mail: lucasalexandre.aim@gmail.com

** Doutora em Psicologia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto (USP); Professora na área de Psicologia do Desenvolvimento e de Psicologia escolar, atuando no curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Jaú, SP, Brasil; E-mail: elainepizato@gmail.com

*** Doutora em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos; Professora na área de Educação Especial, atuando nos cursos de Pedagogia e Psicologia das Faculdades Integradas de Jaú e do Centro Universitário Sagrado Coração, Campus Bauru, SP, Brasil; E-mail: viviane_reb@hotmail.com

Abstract

Psychotherapy is one of the services offered by clinical psychology, allowing the patient / client to receive psychological care for various psychological needs faced. Such assistance is mostly offered by the oral modality, preventing deaf people from having access to this type of treatment effectively. This work aims to carry out a systematic review of the literature on psychotherapeutic care for people with deafness based on the national literature, identifying the aspects that make up the interaction between deaf patients and psychotherapists, observing the difficulties and realities encountered in the clinical context by the patient and therapist. The methodology used is based on qualitative bibliographic research, using databases to select national articles on the subject. The following steps were taken for data collection: definition of descriptors; selection by titles and keywords, meeting the inclusion and exclusion criteria; categorization of studies into participants, interventions, objectives, and results. The results showed strong difficulties experienced by the deaf at all stages of development, with the challenges generated by anxiety being very common; communication conflicts; low self-esteem; internal conflicts; conflicts with family members; identity crises; rejection of deaf identity; lack of stimulation in sign language; learning difficulties, in addition to identifying that there are few scientific studies regarding clinical psychology and deafness in Brazil, requiring in-depth investigations and interventions.

Keywords: Brazilian Sign Language; Psychotherapy; Deafness.

Introdução

A psicologia é uma área da ciência destinada ao estudo do ser humano, tendo como enfoque sua subjetividade por meio de seus processos mentais e comportamentais. O termo se origina da Grécia e significa, segundo Davidoff (1983, p. 2), “o estudo da mente ou alma”. Por ter origem e rigor científico, a psicologia segue estruturas capazes de estudar e compreender seu objeto de estudo. Além de estudá-lo, o psicólogo tem o objetivo de comprovar suas constatações, disponibilizando os resultados obtidos empiricamente para a contribuição do conhecimento científico, colaborando para a saúde e o bem-estar da humanidade. Davidoff (1983, p. 4) afirma:

[...] os psicólogos geralmente confiam no método científico para as informações sobre o comportamento e os processos mentais. Perseguem objetivos científicos, tais como a descrição e a explicação precisa que conduzem ao acúmulo de um corpo integrado e internamente coerente de conhecimentos. Usam procedimentos científicos, inclusive observação e experimentação sistemáticas, para reunir dados que podem ser observados publicamente.

Bock, Furtado e Teixeira (2008, p. 103) ressaltam a centralidade da atuação do profissional em psicologia:

A finalidade do trabalho de um psicólogo é interferir, a partir dos conhecimentos da psicologia, em aspectos da dimensão subjetiva da realidade para potencializar os sujeitos na direção de maior autonomia de suas histórias de vida.

Com o passar do tempo, a psicologia ganhou conhecimento por meio de pesquisas, destacando-se em diversas modalidades e campos de atuação: áreas escolares; da saúde;

sociais/comunitárias; hospitalares; organizacionais etc. Porém, a área mais popular entre os psicólogos e o público leigo atendido é a psicologia clínica. Nela, destaca-se a possibilidade de utilização de testes para psicodiagnósticos como um instrumento de trabalho (quando o sujeito necessitar de uma avaliação específica), acolhimentos e orientações clínicas, psicoeducação de pacientes, trabalhos em grupos ou familiares etc.

O indivíduo que busca auxílio psicológico pode vivenciar uma série de características que requer o cuidado e a atenção do psicólogo, além das realidades psíquicas que deseja trabalhar em psicoterapia. Por exemplo, um indivíduo surdo: além dos sofrimentos psíquicos, há uma característica física que faz parte de sua identidade – a surdez. O psicólogo deverá ter atenção plena para esta e outras realidades do paciente para oferecer seu trabalho de maneira eficaz.

Desta forma, a compreensão da definição de surdos é primordial para todos os profissionais. Segundo Monteiro, Silva e Ratner (2016, p. 1) a surdez pode ser classificada como:

[...] redução ou ausência da capacidade de ouvir determinados sons e pode ser classificada em dois tipos: perda auditiva condutiva, que se dá geralmente por obstruções da orelha externa como, tampões de cera, infecções no canal do ouvido, tímpano com rotura ou perfurado; e perda auditiva neurosensorial, que compreende danos nas células ciliadas da cóclea.

Considerando as pessoas surdas, as causas, de acordo com Monteiro, Silva e Ratner (2016), são diversas, podendo ser congênicas (rubéola gestacional, falta de oxigênio durante o parto, medicações ingeridas durante a gestação, hereditariedade) ou adquiridas (consequências de otites, antibióticos mal consumidos, viroses).

Salientam Monteiro, Silva e Ratner (2016, p. 1):

As dificuldades que as pessoas surdas vivenciam dizem respeito à incapacidade de ouvir e, portanto, de se comunicar com a sociedade que ouve, pois eles não compartilham o mesmo canal de comunicação. Esta situação impede a integração total das pessoas surdas em suas famílias (se tratando de pais ouvintes não sinalizadores), e na sociedade, já que os relacionamentos sociais são estabelecidos primariamente por sons.

A concepção de surdez varia de acordo com a perspectiva adotada para analisá-la. Há duas perspectivas distintas e muito comuns de se compreender, sendo uma sob a abordagem biológica e a outra sob a abordagem social. Na perspectiva biológica, dá-se o nome de modelo clínico-terapêutico da surdez, na qual é compreendida pela ausência de audição, deficiência do aparelho auditivo, perda total ou parcial da audição. Na perspectiva social, o modelo é chamado de socioantropológico da surdez, considerando-a como uma característica do indivíduo, desconhecendo o caráter de deficiência, de falta de audição (BISOL; SIMIONI; SPERB, 2007; MONTEIRO; SILVA; RATNER, 2016; PEREIRA; LOURENÇO, 2017). Esses autores ainda destacam a dicotomia de compreender a surdez nesses dois modelos existentes e definindo que a concepção mais utilizada atualmente na psicologia é a socioantropológica.

Segundo Pereira e Lourenço (2017, p. 6), o surdo encontra diversos enfrentamentos em sua vida em diversas áreas:

Na ordem médica encontram-se a questão da etiologia, do diagnóstico, e da cirurgia de implante coclear; na ordem linguística estão englobados os diferentes processos de aquisição e de desenvolvimento da linguagem oral e/ou de sinais; na ordem educacional podemos citar as abordagens específicas para o surdo; na ordem terapêutica encontra-se o acompanhamento especial no campo da fonoaudiologia; na ordem social destacamos as dificuldades dos surdos de interagirem com os ouvintes; na ordem trabalhista enfatiza-se a dificuldade de conseguir um emprego e também a luta pelo aumento da “cota” de vagas para deficientes; e na ordem política encontra-se a luta pelos direitos dos surdos e para que a língua de sinais seja reconhecida.

Como afirmam Monteiro, Silva e Ratner (2016), o maior desafio encontrado pelos surdos envolve a comunicação com o mundo, que é constituída majoritariamente por ouvintes

A interação e o desafio ocorrem primeiramente no âmbito familiar, dependendo da maneira que esta família acolhe e lida com o fato de um dos membros ser surdo. Essa família pode manter resistências na aceitação e compreensão, negando a possibilidade do pleno desenvolvimento pessoal e interpessoal do familiar surdo. A dificuldade de comunicação se mantém por não dominarem a língua de sinais e o surdo não dominar a língua oralizada, causando fortes impressões na personalidade do surdo e, conseqüentemente, sua relação social afetada.

Como língua oficial dos surdos brasileiros, a Libras ganhou seu reconhecimento legal pela Lei 10.436 no ano de 2002. No artigo primeiro, destaca-se:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

Assim, é pela Libras, como língua materna, que o surdo se comunicará e manterá uma interação com o mundo em que está inserido. A Libras possui características próprias, sendo desvinculada da língua ouvinte, além de possuir diferenciação de países e nacionalidades, tendo cada país sua própria língua de sinais (GESSER, 2009).

A Libras sofreu fortes influências culturais, sendo enriquecida em cada região brasileira. Como língua, possui suas regras de gramática próprias, suas características específicas e técnicas para ser considerada língua e não linguagem, gestos ou mímica (GESSER, 2009).

Surge um impasse ao se deparar com a realidade profissional dos psicólogos clínicos brasileiros que atuam em psicoterapia: sua intervenção é majoritariamente pela língua portuguesa oralizada (PEREIRA; LOURENÇO, 2017).

Tornou-se comum o crescimento e desenvolvimento dessa atividade profissional no Brasil nas décadas de 60 e 70, porém os surdos até a atualidade não sentiram grandes

contribuições por estarem excluídos desses benefícios propostos com a justificativa de que os surdos não eram o público adequado, além da desqualificação comunicacional dos profissionais para atender a demanda surda (PEREIRA; LOURENÇO, 2017).

Pereira e Lourenço (2017, p. 20) ainda afirmam que a maioria dos profissionais se desinteressa pelo atendimento de pessoas surdas por não dominar e entender a Libras. Porém, não basta conhecer somente a língua de sinais:

[...] para ser um psicólogo clínico competente para atender surdos, a apropriação da língua de sinais é inevitável. E esta apropriação não se resume apenas a possibilidade de comunicação ou de melhor comunicação com o paciente, mas a apropriação das vivências, dos obstáculos, da história dessa população (PEREIRA; LOURENÇO, 2017, p. 20).

Para realizar um atendimento psicológico de maneira profissional e eficiente – independente da área de atuação – o psicólogo levará em consideração seu Código de Ética. Neste, encontram-se regras a serem seguidas e situações a serem evitadas, para manter uma postura ético-profissional ílibada, frente a vida que está sendo submetida a tratamento.

No segundo parágrafo dos Princípios Fundamentais deste mesmo Código, determinado pelo Conselho Federal de Psicologia (2005, p. 7), decreta:

O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Destacando as características deste atendimento, Bock, Furtado e Teixeira (2008) relacionam as características da psicoterapia, como uma forma de atendimento impregnada de técnicas científicas para levantamento de dados suficientes, através de entrevistas psicológicas. Ora, tais entrevistas ocorrem de maneira verbalizada majoritariamente. Há contextos comportamentais não-verbais inerentes, mas sua grande maioria conteudista, prevalece de maneira verbal: a fala.

Considerando que há uma porcentagem da população brasileira que não se comunica nessa modalidade de comunicação oralizada, presume-se que esses fiquem excluídos de tratamento psicológico, pois a maioria dos psicoterapeutas não domina ou não compreende a língua de sinais utilizada para a comunicação dos surdos (PEREIRA; LOURENÇO, 2017).

Segundo o IBGE (2010), há uma população constituída por 9.717.318 surdos no país. Uma população considerável e que a maioria não se beneficia das propostas profissionais da psicologia clínica pelo despreparo profissional sobre língua de sinais e desinteresse no atendimento a esse público (PEREIRA; LOURENÇO, 2017).

Sabendo das diversas características que compõem a postura do profissional de psicologia, faz-se necessário trazer à tona os detalhes presentes na relação terapêutica com um paciente/cliente surdo. Enquanto profissional, o psicólogo deve promover saúde mental a toda vida humana que necessite e busque seus cuidados, respeitando seu código de ética, seu compromisso e juramento profissional. Porém, nem todos estão aptos a contribuir com a

saúde mental de uma parcela minoritária da sociedade, visando a dificuldade de manter comunicação com indivíduos surdos.

A partir da discussão apresentada, questiona-se: Quais atitudes poderiam ser tomadas para amenizar o dilema do surdo ter dificuldades de encontrar psicoterapeutas adequadamente capacitados para tê-los, sem ferir a ética, o sigilo, a posição profissional e eficaz que a psicoterapia mantém? O que a literatura aponta com relação à temática?

Assim, o objetivo da presente pesquisa é realizar uma revisão sistemática da literatura sobre o atendimento psicoterapêutico da pessoa com surdez a partir da literatura nacional.

Método

A pesquisa será de caráter qualitativo que, de acordo com Fonseca (2002, p. 20) compreende-se uma pesquisa que “se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”.

Utilizando-se inicialmente da revisão bibliográfica para coletar e levantar conteúdos essenciais de artigos científicos publicados por outros autores em plataformas digitais, como: *Scielo*; *PePsic* e Periódicos Capes, Fonseca (2002) descreve como tal levantamento de materiais e conteúdos devem ser feitos de maneira sistemática, a fim de não contradizer o trabalho como um todo, buscando conhecer o que já se sabe sobre o assunto.

Gil (2008) garante que a pesquisa bibliográfica resulta numa eficiente verificação panorâmica dos dados já coletados, permitindo que os fenômenos sejam analisados pelo pesquisador de modo mais amplo, principalmente quando estes fenômenos ocupam distâncias físicas significativas para a pesquisa ocorrer diretamente.

Dessa forma, de acordo com os aspectos de uma pesquisa bibliográfica, esse estudo seguiu os seguintes procedimentos:

1ª Etapa: Os descritores foram definidos, respeitando os objetivos e o tema da pesquisa, sendo estes: Psicologia; Surdez; Psicoterapia; Deficiência Auditiva; Atendimento Psicológico.

2ª Etapa: Leitura dos títulos e palavras-chave de todos os resultados encontrados nas bases de dados *Scielo*, *PePsic* e Periódicos Capes.

3ª Etapa: Seleção e exclusão criteriosa dos materiais pesquisados, levando em consideração a relevância perante os objetivos e o tema da pesquisa. Os estudos que não corresponderam, foram excluídos. Foram selecionados apenas artigos escritos em português.

4ª Etapa: Categorizar os estudos em: Participantes, intervenções, objetivos e resultados.

No *site Scielo*, surgiram 30 artigos com os descritores "Psicologia e surdez" e 9 artigos com "Psicologia e Deficiência Auditiva". Nenhum foi selecionado. Com os demais descritores não obtiveram nenhum resultado. (Total= 39 artigos, nenhum selecionado).

No *PePsic*, os descritores "Psicologia e Surdez" renderam um total de 8 artigos encontrados, sendo selecionado apenas 1. Com "Psicologia e Deficiência Auditiva" apenas 1 foi encontrado e este foi selecionado para compor a análise. Os demais descritores não apareceram resultados. (Total= 9 artigos, 2 selecionados)

No Periódicos Capes, todos os descritores usados apareceram resultados, mas apenas 3 (ao todo) foram selecionados: "Psicologia e Surdez" apareceram 151 artigos, salvando apenas

1 para o trabalho. "Psicoterapia e Surdez", 13 artigos, nenhum selecionado. "Psicologia e Deficiência Auditiva", 235 artigos, 2 selecionados. "Psicoterapia e Deficiência Auditiva", 8 artigos, nenhum selecionado. "Atendimento Psicológico e Surdez", 36 artigos, nenhum selecionado. "Atendimento Psicológico e Deficiência Auditiva", 44 artigos, nenhum selecionado. (Total: 487 artigos, 3 selecionados).

Dentre o total de artigos encontrados nas plataformas (535 artigos), 34 pareciam se adequar aos critérios da pesquisa, definidos pelo método adotado. Porém, apenas 5 puderam ser utilizados na composição deste presente trabalho, levando em consideração a seleção criteriosa das etapas do método utilizado.

Tabela 1 – Base de dados online consultadas para levantamento de literatura, palavras-chave utilizadas quantidade de artigos encontrados e quantidade de artigos selecionados para o trabalho

Base de dados consultada	Palavras chaves	Nº de artigos encontrado	Nº de artigos selecionado
		s	s
Scielo	Psicologia e Surdez	30	0
Scielo	Psicoterapia e Surdez	0	0
Scielo	Psicologia e Deficiência Auditiva	9	0
Scielo	Psicoterapia e Deficiência Auditiva	0	0
Scielo	Atendimento Psicológico e Surdez	0	0
Scielo	Atendimento Psicológico e Deficiência Auditiva	0	0
Pepsic	Psicologia e Surdez	8	1
Pepsic	Psicoterapia e Surdez	0	0
Pepsic	Psicologia e Deficiência Auditiva	1	1
Pepsic	Psicoterapia e Deficiência Auditiva	0	0
Pepsic	Atendimento Psicológico e Surdez	0	0
Pepsic	Atendimento Psicológico e Deficiência Auditiva	0	0
P. Capes	Psicologia e Surdez	151	1
P. Capes	Psicoterapia e Surdez	13	0
P. Capes	Psicologia e Deficiência Auditiva	235	2
P. Capes	Psicoterapia e Deficiência Auditiva	8	0
P. Capes	Atendimento Psicológico e Surdez	36	0
P. Capes	Atendimento Psicológico e Deficiência Auditiva	44	0

Fonte: Elaboração própria.

Resultados e discussão

Com base nos 5 artigos elegidos para análise (2 sendo caracterizados como revisão bibliográfica, 1 como estudo de caso e 2 sendo pesquisa de campo), identificou-se uma ligação de informações entre si, principalmente aos assuntos referentes aos desafios: comunicação do surdo; falta de interação social; dificuldades em lidar com limites sociais; necessidade de acesso às políticas de saúde, principalmente à psicológica; sofrimentos psíquicos vivenciados durante todo o desenvolvimento do surdo, prevalência de atendimento psicológicos a surdos oralizados

ou que tenham capacidades de comunicação em português, que tenham implante coclear ou que contenham a presença do intérprete como mediador das pesquisas.

Também foi possível identificar possibilidades de tratamento: psicoterapia, utilização da Libras, tratamentos psicológicos idênticos aos dos pacientes ouvintes.

As categorias apresentam informações pertinentes, como: caracterização dos estudos de revisão bibliográfica; procedimentos metodológicos; desafios vivenciados pelos surdos; possibilidades de intervenção psicoterapêutica com surdos.

Caracterização dos estudos de revisão bibliográfica

Santos e Silva (2019) abordaram a surdez na atualidade com o viés na perspectiva do surdo, com o objetivo de discutir a influência de fatores, como a comunicação, gênero, nível escolar e características da surdez que possivelmente poderiam desencadear ansiedade nas pessoas surdas. Os resultados destacaram forte relação entre a ansiedade resultante da dificuldade da comunicação e a característica da surdez dos indivíduos, necessitando de recursos linguísticos adequados para amenizar tal sofrimento psíquico.

As influências do nível educacional e de gênero foram identificadas como fatores externos ao indivíduo, mas que corroboram para a sua ansiedade. Mesmo estando presente entre todas as pessoas, a ansiedade possui desencadeadores específicos no surdo, necessitando de preparo de profissionais - como os psicólogos - e familiares para amenizar os sintomas gerados pela ansiedade (SANTOS; SILVA, 2019).

Os autores Bisol, Simioni e Sperb (2007) fizeram um recorte temporal entre 1995 e 2005 para avaliar pesquisas no campo da psicologia que pudessem contribuir no estudo da surdez, com o objetivo de observar criteriosamente os seguintes aspectos: qual conceito sobre surdez é adotado pelos psicólogos, qual temática a psicologia mais se debruçou para produzir conteúdos científicos, quais materiais seriam encontrados dentro do período delimitado dos anos de 1995 e 2005. Os resultados revelaram que os psicólogos adotam com maior prevalência o modelo socioantropológico para compreender a surdez. As temáticas que mais possuem contribuições da psicologia são as sobre linguagem e língua, desenvolvimento cognitivo e relações familiares.

Intervenções: procedimentos metodológicos

No estudo de Neuber, Do Valle e Palamin (2008) segue uma pesquisa para avaliar os conteúdos emocionais e as dificuldades enfrentadas por adolescentes surdos na relação família no período da adolescência. Participaram 8 adolescentes surdos (graus variados entre leve e moderado) com seus respectivos pais por meio da aplicação individual do Teste do Desenho em Cores da Família (TDFC), com o objetivo de visualizar panoramicamente a estrutura familiar e suas disfuncionalidades através de sua percepção pessoal destacada no desenho em cores da família. Os resultados foram levantados e apontados primeiramente como panorama geral da relação familiar do adolescente: dificuldade de comunicação do adolescente com perda auditiva, vivência de conflitos, afeição e integração.

A inadequação da comunicação é pela falta de diálogo dos pais com o adolescente, gerando uma carência de informações ao abordar assuntos específicos como a sexualidade, pois os genitores acreditam que a televisão e a escola já cumprem e sanam as necessidades de informação deste adolescente. Sobre o uso de drogas, há comentários dos pais somente quando há questões pontuais e significativas entre vizinhos, familiares ou amigos com dependência química.

Um conflito presente nos pais é a dificuldade em lidar com a fase da adolescência e a dificuldade da deficiência auditiva dos filhos, considerado conflito no subsistema parental. Essa experiência de tentar lidar com essa realidade faz com que sintam medo e insegurança, enquanto o filho adolescente se sente reprimido e dependente de seus pais (NEUBER; DO VALLE; PALAMIN, 2008).

Um fator de rivalidade pôde ser visto entre os filhos adolescentes, para conseguir a atenção dos pais, no subsistema fraternal: os irmãos sentem ciúmes pelo filho com deficiência auditiva receber toda atenção e cuidado dos genitores, enquanto que esse adolescente se sente inferior por possuir deficiência auditiva.

A afetividade familiar pouco existe ou é, de fato, inexistente. Os membros vivem isolados entre si, ocupados com seus afazeres. Em vários desenhos, os integrantes da família encontram-se distantes um do outro. A dimensão de individuação apresentou poucas alterações pelo fato de os membros ocuparem e desempenharem papéis individualizados, ou seja, não há muita interferência na vida dos outros. Esse fator dificulta a inter-relação, comunicação, manifestações afetivas e integração familiar. Mostrou-se harmonia nas divisões de papéis, ou seja, os pais assumem a liderança familiar e os filhos não são delegados a funções de responsabilidade. A vivência de regras apresentou-se em normalidade, sendo estabelecidas e respeitadas pelos membros.

À autoestima, não houve resultados depreciativos, porém entende-se que o adolescente possui diminuição dessa perspectiva por ter a deficiência auditiva, ou seja, não depende somente do fator familiar para estar elevada ou abaixo da normalidade. Por ser o único a conviver com a deficiência em seu ambiente familiar, a autoestima desse adolescente terá influência dessa característica específica (NEUBER; DO VALLE; PALAMIN, 2008).

Thomaz e Freitas (2017) realizaram um estudo de caso com uma entrevistada surda que recebe o nome fictício de Fátima e buscam retratar, através da análise fenomenológica, a experiência de surdez para essa participante de 56 anos, mas principalmente a experiência de seu primeiro contato com a língua de sinais depois de adulta. Foi utilizada uma única entrevista aberta no estudo de caso para obterem informações através do relato da participante, contando com a participação de um intérprete de Libras para que a entrevista ocorresse. Os pesquisadores fizeram uma gravação em áudio do intérprete. Após transcrita, solicitaram que a participante aprovasse a tradução para minimizar possíveis equívocos em seu relato.

A participante relata sobre sua infância – sendo conteúdo analisado como o primeiro grupo dos resultados – era permeada de falta de sentido, não havia comunicação de nenhum de seus familiares, sentia o vazio e a solidão. Recorda-se de sua avó, que não se importava e nem tentava se comunicar com a neta. Não havia difusão e propagação da língua de sinais, por isso não obteve nenhuma forma de comunicação com sua família, além dos gestos repetitivos que criaram entre si. A vivência numa família toda ouvinte fez com que a participante crescesse sem o mínimo de estímulos pessoais e sociais necessários.

Um relato de sua infância fez refletir o quanto se sentia sozinha, principalmente quando tentava interagir com as outras crianças. Esforçava-se em imitá-las, principalmente nos gestos labiais e não compreendia o motivo de estarem debochando e nem o motivo da entrevistada estar imitando-as. Essas imitações perpetuaram na vida da entrevistada, não somente no contexto linguístico, mas também no pessoal, quando decide se casar para imitar os padrões impostos pela sociedade. Este casamento não era considerado cheio de amor pela entrevistada. Seu marido, também surdo, não a amava. Essa falta de amor era recíproca na relação. As imitações que a entrevistada se propõe a seguir são tentativas de inserir-se na sociedade, ser aceita e acolhida. Na escola da entrevistada, o método de ensino era totalmente verbalizado. Os alunos eram obrigados a aprender a oralizar, mesmo que às imitações, sem entenderem o que estavam fazendo. Era uma experiência totalmente desprovida de sentido e de entendimento. Por dez anos estudando na mesma escola, sentia-se vazia, sem entender as frases em português (THOMAZ; FREITAS, 2017).

A entrevistada relata que seus pensamentos eram descontextualizados de sua tentativa de fala, não conseguia compreender. Seu acesso à língua de sinais foi apenas quando já era adulta. Os sentimentos de repressão eram comuns na infância. Muitos adultos a repreendiam quando tentava interagir com o mundo, utilizando seus outros sentidos como o olfato. Essas tentativas eram motivos de retaliações e impedimentos de poder compreender o ambiente ao seu redor (THOMAZ; FREITAS, 2017).

A incompreensão de si, dos outros e do mundo torna-se comum na vida da entrevistada. Aos 37 anos, a participante decide retornar aos estudos, mesmo que passando por dificuldades e enfrentamentos sociais, e resolve criar um grupo de surdos com umas amigas com o objetivo de interagirem e trocarem experiências a respeito da surdez e da Libras. Relata o quanto foi importante essa iniciativa, pois percebeu que muitos indivíduos passam pelas mesmas dificuldades em suas vidas e que, no grupo podem buscar apoio, compreensão, trocas de experiências e acolhimento.

Retornando aos estudos, a participante teve grandes dificuldades de adaptação, por não saber muito sobre Libras, menos ainda em ler e escrever, pois só havia chegado até a quarta série do ensino fundamental. Além das dificuldades pessoais, teve que enfrentar impasses sociais em uma sociedade ouvinte. Alunos e professores a desencorajavam, alegando que não precisava mais estudar e que essa decisão seria motivo de grandes sofrimentos (THOMAZ; FREITAS, 2017).

O segundo grande grupo de resultados analisado por Thomaz e Freitas (2017) é caracterizado pelo despertar de sentido na vida da entrevistada. Quando esta tinha 40 anos, descobriu o início de um curso de instrutores de Libras, que tinha o objetivo de inserir os surdos na metodologia de ensino da língua. Esse foi seu primeiro contato com a Língua Brasileira de Sinais. Seu sentido da vida começou a mudar. Tudo era um reaprendizado, com conteúdos claros, concisos, coerentes. Sentiu-se emocionada em poder se desenvolver de sua maneira, podendo expressar-se e interagir com o mundo através de sua própria língua.

Seu relato apresenta um recomeço, superando todo o tempo perdido e começando uma nova vida repleta de sentido. Todas as palavras ganhavam o real significado, o mundo começa a se encaixar com suas vivências e pensamentos, podendo se sentir pertencente e acolhida.

Após essa descoberta, decide cursar Pedagogia. Enquanto cursava sua graduação, ganha uma bolsa de estudos em troca de contribuir com aulas de Libras. No primeiro semestre não contava com o auxílio de um intérprete. Quando este chegou, sentiu uma divisão entre ela e o professor, pois não sabia se focava no professor oralizado ou no intérprete que passava as informações em Libras. Após Pedagogia, a entrevistada cursou Letras/Libras e enfim pôde compreender melhor o mundo na qual estava inserida (THOMAZ; FREITAS, 2017).

A entrevistada destaca a importância de crianças terem diagnóstico precoce e receberem educação com os estímulos majoritariamente visuais. Quando esta estiver dominando Libras, poderá se sentir apta a aprender sua segunda língua, o português, seja falado ou escrito. O surgimento de sentido fez com que suas perguntas sobre a vida diminuíssem (THOMAZ; FREITAS, 2017).

Os atendimentos de grupoterapia de Silva, Paiva e Silveira (2012), foram feitos com crianças entre 7 e 10 anos, que possuem deficiência auditiva de grau severo e utilizam da comunicação gestual e leitura labial. As mães das crianças, entre 25 e 40 anos, também receberam intervenções psicológicas em grupo. Esse trabalho foi desenvolvido no período de 8 meses (abril a novembro de 2009), sendo os encontros semanais com duração de 50 minutos cada. As estagiárias analisavam o decorrer das sessões e transcreviam um relatório após o término de cada encontro. A análise foi feita pelos relatórios que descreviam o desempenho das mães e crianças durante as intervenções psicológicas. Pode-se perceber mudanças de comportamento e evidências de sua realidade psíquica. Para auxiliar na análise, foi escolhida a abordagem psicanalítica.

No início das sessões, Silva, Paiva e Silveira (2012) observaram que as crianças se contiveram perante os limites estabelecidos no contrato terapêutico. Esse comportamento de respeitar as regras impostas pelos adultos contradiz a queixa principal das mães a respeito dessas crianças. Também foi possível observar a socialização das crianças através das brincadeiras.

Com o decorrer das sessões, as crianças começaram a demonstrar maior autonomia no processo de brincar, escolhendo o que desenhar ou o que iriam jogar com as estagiárias. Dentre as três crianças, uma se destacava por não interagir tanto, até a terceira sessão de grupoterapia, na qual começou a resistir seus impulsos e a respeitar mais as regras sociais. Ressalta-se a importância de se ter grupoterapia de crianças com deficiência auditiva, para poderem elaborar seus conflitos de forma lúdica, permitindo simbolizar seus conflitos, angústias e alegrias, além de compreender a existência de limites e regras.

Enquanto as crianças eram atendidas, Silva, Paiva e Silveira (2012) exerciam atendimentos grupais com as mães das crianças. Percebeu-se recorrentes casos de angústias e medos contínuos através de comportamentos e falas durante as sessões. Também era comum surgir a ansiedade em lidar e aceitar a deficiência dos filhos, pois se sentiam culpadas ou perdidas com o procedimento de cuidar de uma criança com deficiência auditiva. Além das cobranças pessoais, vinham as cobranças externas, revelando a grande necessidade de tratamento das mães que possuem filhos com deficiência para cuidá-las e acolhê-las em situação de extrema necessidade, conflitos e sentimento de culpa.

A grande dificuldade apresentada pelas mães na educação desses filhos, foi na imposição de limites. Com a perspectiva de que vão superar a realidade da deficiência se oferecerem todas as exigências dos filhos, as mães não se preocupavam com a necessidade de

seus filhos vivenciarem experiências de frustração, impossibilitando-os de experienciarem a realidade, de amadurecerem e entenderem que há limites (SILVA; PAIVA; SILVEIRA, 2012).

Desafios vivenciados pelos surdos

A maior privação e dificuldade que o surdo vivencia é no seu contexto de comunicação com o mundo, pois nem todos os ouvintes dominam a língua de sinais. Muitos surdos se adequam com a leitura labial, escrevem em língua portuguesa o que desejam expressar, mas não se torna uma comunicação eficiente, com trocas de informações, afetos e sentimentos; pois sempre há a preocupação de estarem sendo compreendidos, gerando fortemente sintomas ansiosos, podendo chegar ao transtorno de ansiedade generalizada ou o transtorno de ansiedade social (SANTOS; SILVA, 2019).

Essa dificuldade na comunicação torna-os distanciados da sociedade, sem interações e vínculos sociais, podendo ocorrer dentro do próprio convívio familiar, por não estimularem a comunicação, percepção de emoções e trocas de vivências (NEUBER; DO VALLE; PALAMIN, 2008).

É comum vivenciarem angústias, solidão, incompreensão, abandono, medo, ansiedade, estresse. Caso haja uma compreensão utilizando a comunicação adotada pelo surdo, a ansiedade vivenciada tende a reduzir, aumentando sua autoestima, autonomia, a saúde mental, o autoconhecimento e conhecimento de mundo, apropriação da cultura surda – ganhando sentido para o modo de viver no mundo (SANTOS; SILVA, 2019; NEUBER; DO VALLE; PALAMIN, 2008; THOMAZ; FREITAS, 2017; SILVA; PAIVA; SILVEIRA, 2012).

A psicoterapia, nesse aspecto, vivenciada de maneira assertiva, tende a proporcionar essa qualidade de vida na pessoa surda. Porém, com a falta de compreensão dos profissionais da psicologia sobre Libras, torna-se inacessível a produção de novos conhecimentos que abordem psicologia e surdez e, mais do que isso, o tratamento psicoterápico dessa população.

Como as pessoas ouvintes, a família das pessoas surdas também é extremamente importante no que tange à estimulação e desenvolvimento do indivíduo. É na família que as primeiras relações sociais iniciam e ganham características desse envolvimento social no decorrer do desenvolvimento do indivíduo (SANTOS, SILVA, 2019; NEUBER, DO VALLE, PALAMIN, 2008; THOMAZ, FREITAS, 2017; SILVA, PAIVA, SILVEIRA, 2012; BISOL, SIMIONI, SPERB, 2007).

Foi possível analisar que as famílias que possuam algum parente surdo (principalmente os filhos) tendem a reforçar o isolamento social, dificultando a acessibilidade e interação dessa pessoa com os demais indivíduos surdos ou ouvintes (THOMAZ; FREITAS, 2017). Além da exclusão social, nota-se uma incapacidade dos familiares em exercerem papéis que demonstrem limites, tanto morais quanto financeiros (SILVA; PAIVA; SILVEIRA, 2012). A justificativa que as famílias relatam é de tentarem prevenir os parentes surdos a profundos sofrimentos, impedindo-os que sofram através de medidas protetivas, como a exclusão social (NEUBER; DO VALLE; PALAMIN, 2008).

Outra característica é de se sentirem culpados pelo indivíduo ser surdo, impossibilitando de que haja limites, pois esses familiares acreditam que não podem privar o surdo de qualquer coisa que este queira, já que não possui o sentido auditivo. Dão ao surdo tudo o que desejar, percebendo grande dificuldade de compreensão de normas sociais simples de

limites e autoridades, muito perceptível em crianças e adolescentes surdos (SILVA; PAIVA; SILVEIRA, 2012).

A família do surdo deve estar atenta às suas necessidades que se alternam com as fases do desenvolvimento e as necessidades advindas da surdez, como adaptações ao lar, da comunicação e modo de ver o mundo. A falta de diálogo da família com o indivíduo surdo mostra-se comum, tanto para assuntos enfrentados como delicados (sexualidade, uso de drogas dos adolescentes etc.), quanto para assuntos corriqueiros (como foi o dia, o que deseja fazer no futuro etc.), devido a muitos familiares não saberem a língua de sinais utilizada pelo surdo. Essa falta de diálogo, segundo os estudos, resulta em uma falta de afetividade entre os membros da família. Os surdos vivenciam sentimentos de dependência e insegurança constantes, quando a família não confia que estarão seguros ao sair de casa, por exemplo, pelo fato de serem surdos.

Os surdos que possuem irmãos enfrentam o conflito de quererem ter a mesma liberdade, confiança e independência que estes experimentam. Independente da idade, a família mostra características de superproteção com o familiar surdo, por acharem que este é frágil e incapaz, devido à sua surdez. O adolescente surdo aspira por momentos de liberdade, nos quais não necessite de cuidados ininterruptos dos familiares e que desenvolva atividades compatíveis e esperadas pela sua idade. Já a criança surda revelou-se uma necessidade de aprender limites, entender autoridade e subordinação (NEUBER, DO VALLE, PALAMIN, 2008; THOMAZ, FREITAS, 2017; SILVA, PAIVA, SILVEIRA, 2012).

Um fator de extrema relevância é da família que encontra dificuldades de aceitação em ter um familiar surdo, dificultando o diagnóstico, tratamento e educação na cultura surda. Pela dificuldade do surdo se desenvolver, costuma-se perceber atrasos na comunicação, aprendizagem, apropriação de sentido do mundo, autoconhecimento etc. A manutenção e insistência da família em interagir com o familiar surdo através da cultura ouvinte, apenas torna-se um agravo no desenvolvimento sadio em todos os aspectos do indivíduo surdo. Quanto mais cedo a família se adaptar às necessidades desse familiar surdo (diagnóstico, aprendizagem em Libras, adaptações do lar para a inserção desse parente) maiores são os resultados em todos os aspectos de seu desenvolvimento, como aprendizagem, convívio pessoal e social, adequação na cultura surda, etc.

A família deve compreender a percepção que o surdo demonstra durante a interação com o meio, desenvolvendo aprendizagem inter e intrapessoal: os sentidos de visão, tato e olfato estarão plenamente desenvolvidos e devem ser estimulados para gerar interação deste surdo com o meio em que vive.

Dessa forma, os estudos demonstraram resultados significativamente efetivos no trabalho de psicoterapia familiar, mesmo que as intervenções ocorressem de maneira individual (filhos surdos e pais ouvintes): as crianças aprenderam a se relacionar com o meio através dos limites impostos em terapia e os pais puderam ter sua culpa, ansiedade e preocupação reduzidos ao elaborar seus conflitos em grupo (SANTOS, SILVA, 2019; NEUBER, DO VALLE, PALAMIN, 2008; THOMAZ, FREITAS, 2017; SILVA, PAIVA, SILVEIRA, 2012; BISOL, SIMIONI, SPERB, 2007).

Notou-se a extrema importância de o indivíduo receber o atendimento de saúde pautado em suas necessidades enquanto surdo, principalmente a psicologia no serviço de psicoterapia, pois o surdo tem experiências sintomáticas de ansiedade, solidão, medo, depressão, evitação social, etc. O sofrimento psíquico é gerado pela vivência de sua realidade

de maneira solitária, sem atendimento qualificado para sua necessidade. Visto que os sofrimentos dos surdos são praticamente idênticos aos dos pacientes ouvintes que buscam tratamento psicoterapêutico, percebeu-se que a inacessibilidade de tratamento se dá no aspecto comunicativo (BISOL; SIMIONI; SPERB, 2007).

As pesquisas analisadas puderam contar com a participação de pessoas surdas, mas que tinham capacidades de comunicação verbal – fala, escrita ou leitura labial. Os que não possuíam essa capacidade, necessitaram de uma mediação do intérprete de Libras, na qual reflete-se a quebra de sigilo no percurso da atuação psicológica. O intérprete que mediou a pesquisa teve de transcrever ao português todo o relato da entrevistada surda e, após a vivência da entrevista, exige-se uma confirmação para saber se o relato foi transcrito na íntegra (NEUBER; DO VALLE; PALAMIN, 2008).

Notou-se que, se o psicólogo dominasse a língua de sinais, possivelmente a intervenção teria uma facilidade e conforto maiores, tanto ao paciente surdo quanto ao psicólogo. Os surdos que foram atendidos pelos cientistas da psicologia não tiveram a comunicação em sua língua usual. Estudos tiveram como exigência que o surdo dominasse a linguagem verbal para participar do experimento, pois os psicólogos não sabem a Libras e a metodologia das atividades seria oralizada. Os surdos devem se adaptar às capacidades desses profissionais para receberem o atendimento necessário (NEUBER, DO VALLE, PALAMIN, 2008; SILVA, PAIVA, SILVEIRA, 2012; THOMAZ, FREITAS, 2017).

Percebe-se uma preferência dos psicólogos por pacientes surdos que dominem a linguagem oral (NEUBER; DO VALLE; PALAMIN, 2008). Reforçou-se a necessidade de o psicólogo dominar e compreender a língua de sinais para manter conversação adequada e produzir uma intervenção eficaz nos pacientes surdos (SANTOS, SILVA, 2019; NEUBER, DO VALLE, PALAMIN, 2008; THOMAZ, FREITAS, 2017; SILVA, PAIVA, SILVEIRA, 2012; BISOL, SIMIONI, SPERB, 2007).

Possibilidades de intervenção psicoterapêutica com surdos

De acordo com as queixas levantadas e tratadas nos artigos, fez-se a análise de que não há diferenciação entre sintomas, vivências e grau de sofrimento psíquico, ou seja, não há diferença se o paciente for surdo ou ouvinte, mas que possui sofrimentos psíquicos. Tais queixas são normalmente encontradas em psicoterapias por pacientes ouvintes e, conseqüentemente, a forma de tratamento psicoterapêutico também não se diferencia pelo paciente que é surdo. Respeita-se a singularidade, a especificidade do paciente, mas a queixa e possível tratamento do paciente surdo é tão parecida quanto a do paciente ouvinte. A única diferença que deve haver entre a intervenção terapêutica com um paciente surdo é a de acessibilidade na comunicação: o psicoterapeuta facilitaria o tratamento se compreendesse a língua de sinais utilizada na comunicação do paciente surdo, ocorrendo maior vínculo terapêutico e resultados eficazes, como redução de ansiedade, sentimentos de solidão e incompreensão e aumento de autoconhecimento, apropriação do mundo e de si mesmo, favorecimento nas relações sociais, etc. (SANTOS, SILVA, 2019; NEUBER, DO VALLE, PALAMIN, 2008; THOMAZ, FREITAS, 2017; SILVA, PAIVA, SILVEIRA, 2012; BISOL, SIMIONI, SPERB, 2007).

Recomendou-se a inclusão do psicoterapeuta na cultura surda, compreendendo a singularidade do surdo e, principalmente, sua forma de se comunicar com o mundo (SANTOS,

SILVA, 2019; NEUBER, DO VALLE, PALAMIN, 2008; THOMAZ, FREITAS, 2017; SILVA, PAIVA, SILVEIRA, 2012; BISOL; SIMIONI; SPERB, 2007).

Considerações finais

As pesquisas revelaram grandes dificuldades do surdo vivenciar sua singularidade numa sociedade majoritariamente constituída por ouvintes totalmente despreparada para compreendê-los. A Psicologia se mostraria mais eficaz promovendo intervenções assertivas e inclusivas nas vidas desses indivíduos em qualquer fase do desenvolvimento. Tanto em crianças e adolescentes, quanto em adultos, a Psicologia poderia contribuir positivamente para a aceitação da identidade surda; o acolhimento dos familiares; auxiliar nos conflitos que o surdo vivencia frequentemente e intensamente consigo mesmo e com a sociedade.

Foi possível identificar que o tratamento com esse público não possui nada de diferente dos atendimentos psicoterapêuticos vivenciados pelo público ouvinte. Apenas a forma de comunicação deve ter coerência entre psicólogo e paciente/cliente a fim de garantir uma harmonia enquanto ocorre o tratamento. Recomenda-se uma imersão do profissional de psicologia clínica na cultura surda, mantendo contato frequente com a comunidade surda e buscando cursos de aprendizagem e aperfeiçoamento de conversação em Libras para sanar suas necessidades em psicoterapia.

Com os 34 artigos encontrados (15 sendo revisão bibliográfica, 16 sendo relatos de pesquisa empírica e 3 como relatos de experiência) dão a compreender a extrema necessidade de se produzir mais conhecimentos a respeito da psicologia relacionada à surdez no Brasil. Evidencia-se que tais conhecimentos podem ser adquiridos com pesquisas aplicadas e estudos de caso, utilizando da Libras como forma de comunicação com o surdo.

Como influência no desenvolvimento da pesquisa, tendo o pesquisador na posição de ouvinte, sentiu-se a necessidade da presença e da opinião e do viés de algum surdo, para deixar informações mais relevantes e pertinentes referentes à pessoa surda no desenvolvimento dos artigos.

Vale ressaltar a extrema necessidade da Psicologia em todas as suas abordagens, formas de intervenções e técnicas terem esse olhar atento à inclusão de pessoas surdas, não somente na área clínica. Fornecer acesso e inclusão das pessoas surdas deve ser um compromisso e responsabilidade humanos do Psicólogo, independente de sua área de atuação (clínica, organizacional, hospitalar, da saúde, comunitária etc.) ou de sua abordagem teórica. Tal acesso pode ser potencializado em parceria com diversos outros profissionais que proporcionarão mais participação dos surdos em diversas áreas, setores e situações em que esses indivíduos estejam.

Referências

BOCK, A.M.B; FURTADO, O; TEIXEIRA, M.D.L.T. **Psicologias**. Ed. 14, São Paulo: Saraiva, 2008.

BISOL, C.A; SIMIONI, J; SPERB, T. Contribuições da Psicologia Brasileira para o Estudo da Surdez. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 21, n. 3, p. 392-400, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/prc/v21n3/v21n3a07.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5626. Regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002**, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o Art. 18 da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Publicada no Diário Oficial da União em 22/12/2005. Disponível em: <https://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/Lei_n_10_436_de_24_de_abril_de_2002_15226896225947_7091.pdf>. Acesso em: 18 maio 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**, Resolução n.º 10/05, 2005. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica1.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2021.

DAVIDOFF, L.L. **Introdução à Psicologia**. Ed. 1, São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GESSER, A. **Libras? Que Língua é Essa?** Ed. 1, São Paulo: Parábola, 2009.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Ed. 6, São Paulo: Atlas S.A, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Deficiência Auditiva**. 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=&ind=4643>>. Acesso em: 18 maio 2021.

MONTEIRO, R; SILVA, D.N.H; RATNER, C. Surdez e Diagnóstico: narrativas de surdos adultos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, n.º esp., p. 1-7, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ptp/v32nspe/1806-3446-ptp-32-spe-e32ne210.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2021.

NEUBER, L.M.B; DO VALLE, T.G.M.D; PALAMIN, M.E.G. O Adolescente e a Deficiência Auditiva: As Relações Familiares Retratadas no Teste do Desenho em Cores da Família. **Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano**, v. 18, n. 3, p. 321-338, 2008. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v18n3/11.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2021.

PEREIRA, B.A.M; LOURENÇO, L.M. Surdez e Psicologia Clínica: Contribuições de Literatura. **Psicologia.pt**, v. 1, n. 1, p. 1-26, 2017. Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1118.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2021.

Lucas Alexandre Jorge; Elaine Cristina Gardinal Pizato;
Viviane Rodrigues.

SANTOS, F; SILVA, J.P. Ansiedade entre as pessoas surdas: um estudo teórico. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 71, n. 1, p. 143-157, 2019. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v71n1/11.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2021.

SILVA, N. M; PAIVA, F. C; SILVEIRA, C. A. B. Grupoterapia e Deficiência Auditiva Infantil: Trabalhando com Mães e Crianças. **Revista da Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo**, v. 13, n. 2, p. 56-67, 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v13n2/v13n2a07.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2021.

THOMAZ, A.G; FREITAS, J.L. A Experiência de Mundo de uma Surda ao Aprender Libras: uma abordagem fenomenológico-existencial. **Estudo e Pesquisas em Psicologia**, v. 17, n. 1, p. 25-45, 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/34763/25529>>. Acesso em: 25 maio 2021.